

PARECER JURÍDICO CONCLUSIVO Nº. 952/2023 – L.C.

Interessado: Secretaria Municipal de Transportes.
Referência: Licitação na modalidade Concorrência Pública nº 002/2023.
Protocolo nº: 2023016743.

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO – LICITAÇÕES E CONTRATOS – PARECER JURÍDICO CONCLUSIVO - LEI FEDERAL Nº 8.666/93, ART. 38, INCISO IV C/C PAR. ÚNICO - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 010/2015, ART. 3º, INCISO X.

1. RELATÓRIO

Adveio a esta Procuradoria Jurídica Municipal, a fim de se conferir análise e parecer, via do Departamento de Licitações e Contratos Administrativos, por sua chefia, o Processo Administrativo de nº 2023016743, que trata sobre licitação na modalidade Concorrência Pública, autuado sob nº 002/2023.

Referido procedimento desenvolveu-se a partir de demanda advinda da Secretaria Municipal de Transportes cujo objeto é a *“contratação de serviços para construção da sede da Central de Abastecimento – CEASA, no município de Catalão, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Transportes”*.

Concluída a fase inicial do procedimento (fase interna), esta Procuradoria Jurídica, via de um de seus componentes habilitados, emitiu parecer consultivo acerca da conformidade da minuta do Edital e seus anexos, exarando considerações sobre referida fase, consoante se tem do Parecer Jurídico n.º 691/2023/L.C., dado em 08 de maio de 2023.

No dia 09 de maio de 2023 o Instrumento Convocatório e seus anexos tornaram-se públicos para a finalidade do processo, junto ao mural físico da Prefeitura de

Catalão e em seu sítio eletrônico, no Diário Oficial da União – Seção 3, N.º 86, no Diário Oficial do Estado de Goiás sob o n.º 24.035, no Jornal Diário do Estado (Jornal de grande circulação), bem como registrado no TCM/GO (recibo: d305b4ff-af6e-4661-b13a-88fc3c13efee).

No dia 13 de junho de 2023, foi realizada sessão pública de abertura e julgamento de habilitação, oportunidade em que houve o comparecimento de 05 (cinco) empresas interessadas, quais sejam: CRM CONSTRUTORA E REPRESENTAÇÃO LTDA. (CNPJ/MF 35.418.823/0001-16); MOURA CAMPOS CONSTRUTORA LTDA. (CNPJ/MF 35.634.968/0001-54); CONSTRUIR CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA. (CNPJ/MF 11.037.575/0001-03); PLANUM ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. (CNPJ/MF 40.614.438/0001-84); R A SERVIÇOS LTDA. (CNPJ/MF 34.497.751/0001-87).

Em análise dos documentos componentes da fase da sessão pública e do que registrado na respectiva ata, infere-se que os atos foram praticados na seguinte ordem: o Presidente franqueou todo o conteúdo dos envelopes de habilitação aos licitantes presentes, para análise e rubrica, e em seguida decidiu suspender a sessão, para análise da documentação de qualificação técnica.

No dia 14 de junho de 2023, a Comissão Permanente de Licitação, considerando a documentação de habilitação apresentada pelas proponentes decidiu por **HABILITAR** a empresa: MOURA CAMPOS CONSTRUTORA LTDA. (CNPJ/MF 35.634.968/0001-54); e **INABILITAR** as demais empresas: CRM CONSTRUTORA E REPRESENTAÇÃO LTDA. (CNPJ/MF 35.418.823/0001-16); CONSTRUIR CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA. (CNPJ/MF 11.037.575/0001-03); PLANUM ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. (CNPJ/MF 40.614.438/0001-84); R A SERVIÇOS LTDA. (CNPJ/MF 34.497.751/0001-87).

Em 28 de junho de 2023, a Comissão Permanente de Licitação, publicou o Aviso de Convocação para Abertura e Julgamento de Propostas de Preços.

No dia 30 de junho de 2023, foi realizada sessão pública de Abertura e Julgamento de Propostas de Preços, oportunidade em que houve o comparecimento apenas da empresa licitante habilitada, qual seja: MOURA CAMPOS CONSTRUTORA LTDA. (CNPJ/MF 35.634.968/0001-54).

Ato contínuo o Presidente da CPL procedeu a abertura do envelope da licitante habilitada: MOURA CAMPOS CONSTRUTORA LTDA. (CNPJ/MF 35.634.968/0001-54) e franqueou o conteúdo dos envelopes, para vistas e apreciações, aos membros da CPL, realizando posteriormente a leitura dos preços ofertados.

Em análise dos documentos componentes da fase da sessão pública e do que registrado na respectiva ata, infere-se que os atos foram praticados na seguinte ordem: abertura dos envelopes de propostas de preços, com a consolidação da empresa vencedora, de acordo com o modo de adjudicação estabelecido no Instrumento Convocatório.

Finalizada a sessão, adveio por remessa a este Órgão Consultivo a íntegra do feito, para que se fizesse a presente análise quanto à legalidade dos atos até então praticados, para posterior adjudicação e homologação do certame.

Em síntese, é o relato do que basta.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. –NATUREZA E EXTENSÃO DO PRESENTE PARECER:

Cogente digressão inicial quanto à natureza e extensão do presente ato, com o fim de que reste direcionado e alertado ao Gestor sua autonomia decisória sobre eventuais ponderações/recomendações aqui destacadas, que impeçam ou eventualmente obstaculize o regular sequenciamento do feito.

Tem a referida atuação jurídica, quanto ao momento legal do presente procedimento, a incumbência de análise quanto à conformidade dos atos praticados durante todo o processo com as disposições legais e normativas incidentes.

É instrumento jurídico obrigatório que possui o condão de auxiliar no controle interno dos atos administrativos. Tem natureza consultiva, na medida em que a partir de seu conteúdo é que a Secretaria Municipal avaliará a extensão e gravidade de eventuais defeitos do processo ou sua integral conformidade com a legislação e, assim assessorado, bem defina o foco da Administração, quer pela homologação do certame, quer por outra medida que o torne sem efeito, observada a autotutela administrativa.

A extensão do presente é vinculada ao aspecto jurídico do processo administrativo, somente. Quer-se com isso dizer que nada que diga respeito à tecnicidade do objeto da contratação, bem assim a magnitude do que é licitado deva ser expedido juízo de valor jurídico, pressupondo ter o Gestor se municiado de toda capacidade técnica e conhecimentos específicos sobre o que é adquirido *latu sensu*, ao fim precípua de alcançar o interesse da Administração Pública.

Quanto ao ponto, necessária a reprodução da exigência legal do ato jurídico-opinativo que se deflagra, na forma contida na Lei Federal nº 8.666/93, mormente as disposições do artigo 38, inciso VI, *in verbis*:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

VI - pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;



Por assimetria legal, o mesmo se tem por exigência a orientação do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM/GO) explicitada na Instrução Normativa nº 010/2015, segundo a qual:

Art. 3º Os processos referentes aos procedimentos para contratação deverão conter, no que couber:

[...]

VI – Pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;

Nesta senda, o objeto do presente parecer fica circunscrito aos seguintes aspectos: a) instrução e formação do processo administrativo; b) motivação da pretensa contratação; c) regularidade do procedimento; d) adequação do conteúdo do Edital e seus anexos. Nesse enfoque, tecidas tais considerações, passamos à análise do processo epigrafado.

2.2. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO UTILIZADA:

O feito fora autuado na modalidade Concorrência, cujo objeto tem por enquadramento os exatos ditames da Lei Federal nº 8.666/93.

Consoante orientações do Tribunal de Contas da União, tal como previsto na legislação de regência, tem-se como definição da modalidade de licitação ora adotada como sendo "modalidade realizada entre interessados do ramo de que trata o objeto da licitação que na fase de habilitação preliminar comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital. É cabível em qualquer dos casos de licitação e valor estimado do objeto da contratação"¹.

¹ Brasil. Tribunal de Contas da União. Licitações e contratos: orientações e jurisprudência do TCU / Tribunal de Contas da União. – 4. ed. rev., atual. e ampl. – Brasília : TCU, Secretaria-Geral da Presidência : Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010. 910 p.





Em análise à Concorrência em referência, infere-se ter sido adequada a modalidade aos fins colimados, dado que a previsão legal do artigo 23, inciso II, alínea "c" restou observada:

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

I - para obras e serviços de engenharia:

(...)

c) concorrência: acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);

Versa o procedimento sobre contratação de serviços para construção da sede da Central de Abastecimento – CEASA, no município de Catalão, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Transportes, aplicando-se o disposto no 7º e seguintes da Lei de Licitações e Contratos, que detém o seguinte teor:

Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:

I - projeto básico;

II - projeto executivo;

III - execução das obras e serviços.

§ 1º A execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às etapas anteriores, à exceção do projeto executivo, o qual poderá ser desenvolvido concomitantemente



com a execução das obras e serviços, desde que também autorizado pela Administração.

Quanto ao regramento acima disposto, a conclusão que se tem é a de cumprimento integral das regras do certame, não havendo previsão de circunstâncias vedadas pelo Estatuto de Licitações.

Em relação ao planejamento da demanda, infere-se ter restado delineado no certame todas as circunstâncias elucidativas da apuração da extensão executiva e financeira do serviço contratado, alinhando-se entre critérios referenciais de preço, duração da obra e custos, em atendimento ao disposto no artigo 8º, *caput* da LLC.

Art. 8º A execução das obras e dos serviços deve programar-se, sempre, em sua totalidade, previstos seus custos atual e final e considerados os prazos de sua execução.

Demais disto, o Projeto Básico encontra-se pormenorizadamente em simetria ao que previsto no artigo 12 da LLC, havendo abordagem quanto à definição dos critérios de segurança, funcionalidade e adequação ao interesse público, metodologias permissivas de alcance de economia na execução, conservação e operação, escora da demanda em normas técnicas, a possibilitar o escopo de facilitação da execução, conservação e operação do serviço, inclusive com a delimitação dos critérios de fornecimento dos materiais e insumos necessários à consecução da finalidade da contratação, prevendo, inclusive, distâncias estimadas para o transporte daqueles.

2.3. DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE MENOR PREÇO GLOBAL:

No que é pertinente às regras do certame, verifico como adequado o seu conteúdo aos critérios de julgamento das propostas, tendo sido adotado o tipo menor preço global, como dispõe o artigo 45, §1º, inciso I da Lei Federal nº 8.666/1993:



Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, constituem tipos de licitação, exceto na modalidade concurso:

I - a de menor preço - quando o critério de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração determinar que será vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do edital ou convite e ofertar o menor preço;

Consta dos autos, notadamente do Projeto Básico justificativa clara e precisa acerca da utilização da referida forma de julgamento da proposta, tendo a Administração se incumbido de esclarecer a inviabilidade de consecução do julgamento por item, por refletir em severo prejuízo ao caso.

2.4. DA FORMAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO:

2.4.1 – FASE INTERNA:

Em análise a Concorrência Pública em referência, verifico a presença clara dos atos que compõem a fase interna do procedimento, tendo sido previstos, quanto aos documentos necessários ao caso:

Os autos vieram acompanhados, primeiro, da solicitação direcionada à Comissão Permanente de Licitação pelo Órgão Solicitante, com a respectiva justificativa, Decreto nº 20, de 01 de janeiro de 2021, de nomeação do Secretário Municipal de Transportes, projeto arquitetônico, projeto de segurança contra incêndio e pânico, projeto



de drenagem pluvial, projeto pluvial telhado, projeto sanitário, projeto hidráulico, projeto elétrico, projeto SPDA, projeto de estrutura metálica, projeto estrutural, projeto de terraplenagem, projeto geométrico, projeto de pavimentação, sondagem de simples reconhecimento SPT, Memorial Descritivo, Orçamento Básico, Tabela Referencial ANP, Cronograma Físico-Financeiro, Composição de Custos, Composição BDI.

Constou ainda, cópia do Termo de Revogação da Concorrência Pública N.º 005/2022, Cópia do Ato Declaratório de Dispensa de Licitação N.º 824/2022, Cópia do Contrato de Prestação de Serviços N.º 137/2022, a minuta do Projeto Básico, em que se detalhou o objeto, avaliação do custo, condições de participação e modo de adjudicação, justificativa, localização da obra, dotação orçamentária, cronograma de execução e da vigência contratual, documentação técnica para habilitação no certame, subcontratação, controle e fiscalização da execução, obrigações da contratante e contratada, recebimento dos serviços, visita técnica, termo de contrato e garantia contratual, acréscimo e/ou supressão dos serviços e alteração do projeto, medição, pagamento, reajustamento e emissão de nota, sanções administrativas, medidas acauteladoras.

Constou ainda, Certidão de Existência de Dotação Orçamentária, o Termo de Nomeação de Fiscal, Termo de Concordância de Nomeação de Fiscal, Decreto nº 477, de 31 de março de 2021, de nomeação do Secretário Municipal de Engenharia e Produção.

Em seguida, o Secretário de Municipal de Transportes de Catalão, Sr. Luís Severo Braga Gomides, autorizou a instauração do presente procedimento licitatório.

Após, em razão do valor do objeto, natureza e forma que se objetiva a contratação, a Comissão Permanente de Licitação autuou o procedimento na modalidade Concorrência Pública, oportunidade em que carrou Decreto Municipal nº 1.704/2.022, dispondo sobre a nomeação de Presidente e membros da Comissão de Licitação.

- Minuta do Edital da Concorrência Pública;
- Anexo I - Minuta Projeto Básico e demais documentos técnicos;



- Anexo II - Modelo de Proposta;
- Anexo III – Minuta do Contrato;
- Anexo IV – Modelo de Procuração;
- Anexo V – Modelo de Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos da Habilitação;
- Anexo VI – Modelo de Declaração de que não emprega menores;
- Anexo VII – Declaração de enquadramento como microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte;
- Anexo VIII – Declaração referente ao artigo 9º, III da Lei nº 8.666/93;
- Anexo IX – Modelo de Atestado de visita técnica;
- Anexo X– Modelo de Desistência de Visita Técnica.

Quanto aos elementos inerentes ao Instrumento Convocatório:

- Preâmbulo;
- Objeto;
- Visita técnica;
- Menção à legislação aplicável;
- Valor máximo estimado da contratação;
- Previsão de consulta, divulgação, esclarecimento e impugnação ao Edital;
- Garantia de manutenção da proposta e garantia contratual;
- Condições de participação;
- Forma de apresentação dos envelopes de habilitação e proposta de preços;
- Credenciamento do representante;
- Documentos de habilitação;
- Proposta de preços;

- Previsão da etapa de abertura dos envelopes, julgamento e classificação das propostas;
- Exame da documentação;
- Exame da proposta de preços;
- Resultados de cada fase;
- Forma de pagamento;
- Forma de execução dos serviços;
- Garantia dos serviços e contratual;
- Das penalidades e sanções administrativas;
- Controle e fiscalização da execução;
- Da concorrência;
- Disposições gerais.

As demais cláusulas do instrumento convocatório e de seus anexos atendem aos preceitos legais da Lei Geral de Licitações.

Desta forma, portanto, satisfeitas as obrigações de lei quanto aos elementos essenciais do processo em sua formação – fase preparatória, inexistente óbice, na fase interna que impeça a conclusão do feito.

2.4.2 – FASE EXTERNA:

Iniciada a fase externa da Concorrência Pública epigrafada com a divulgação do Instrumento Convocatório e seus componentes anexos no dia 09 de maio de 2023 junto ao mural físico da Prefeitura de Catalão e em seu sítio eletrônico no Diário Oficial da União – Seção 3, N.º 86, no Diário Oficial do Estado de Goiás sob o n.º 24.035, no Jornal Diário do Estado (Jornal de grande circulação), bem como registrado no TCM/GO (recibo: d305b4ff-af6e-4661-b13a-88fc3c13efee), percebe-se ter restado observado o prazo estabelecido em lei para a Sessão de Abertura, propostas e habilitação.

J



Nestes termos, prescreve a Lei 8.666/93 em seu artigo 21 e seguintes:

Art. 21. Os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez:

II - no Diário Oficial do Estado, ou do Distrito Federal quando se tratar, respectivamente, de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Estadual ou Municipal, ou do Distrito Federal;

III - em jornal diário de grande circulação no Estado e também, se houver, em jornal de circulação no Município ou na região onde será realizada a obra, prestado o serviço, fornecido, alienado ou alugado o bem, podendo ainda a Administração, conforme o vulto da licitação, utilizar-se de outros meios de divulgação para ampliar a área de competição.

§ 1º O aviso publicado conterà a indicação do local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital e todas as informações sobre a licitação.

§ 2º O prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será:

I - quarenta e cinco dias para

a) concurso;

J

b) concorrência, quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral ou quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço"

II - trinta dias para:

a) concorrência, nos casos não especificados na alínea "b" do inciso anterior;

b) tomada de preços, quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço";

III - quinze dias para a tomada de preços, nos casos não especificados na alínea "b" do inciso anterior, ou leilão;

IV - cinco dias úteis para convite.

§ 3º Os prazos estabelecidos no parágrafo anterior serão contados a partir da última publicação do edital resumido ou da expedição do convite, ou ainda da efetiva disponibilidade do edital ou do convite e respectivos anexos, prevalecendo a data que ocorrer mais tarde.

§ 4º Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

Assim, considerando que a data da publicação do Edital ocorreu no dia 09 de maio de 2023, e a data da efetiva sessão definida no Instrumento Convocatório para 13 de

J

junho de 2023, temos respeitado o prazo mínimo acima elucidado, de 30 (trinta) dias entre a última data de publicação² e apresentação das propostas.

Na sessão de abertura, os licitantes compareceram munidos da documentação de habilitação e proposta de preços, na forma definida em Lei (8.666/93) e contida no Instrumento Convocatório.

No certame, participaram 05 (cinco) empresas, quais sejam:

EMPRESA	CNPJ/MF	REPRESENTANTE
CRM CONSTRUTORA E REPRESENTAÇÃO LTDA	35.418.823/0001-16	GUSTAVO GONÇALVES DA COSTA (CPF: 056.835.761-21)
MOURA CAMPOS CONSTRUTORA LTDA	35.634.968/0001-54	ROGER RODRIGUES DE SOUZA BARBACENA (CPF: 035.222.731-17)
CONSTRUIR CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA	11.037.575/0001-03	
PLANUM ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA	40.614.438/0001-84	RODRIGO FONSECA MACHADO (CPF: 034.992.401-51)
R A SERVIÇOS LTDA	34.497.751/0001-87	WENDEL DOS SANTOS ALMEIDA (CPF: 850.628.633-68)

² Lei nº 8.666/93 - Art. 21. Os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez: [...] § 3º Os prazos estabelecidos no parágrafo anterior serão contados a partir da última publicação do edital resumido ou da expedição do convite, ou ainda da efetiva disponibilidade do edital ou do convite e respectivos anexos, prevalecendo a data que ocorrer mais tarde.



Em análise dos documentos componentes da fase da sessão pública e do que registrado na respectiva ata, infere-se que os atos foram praticados na seguinte ordem: o Presidente franqueou todo o conteúdo dos envelopes de habilitação aos licitantes presentes, para análise e rubrica, e em seguida decidiu suspender a sessão, para análise da documentação de qualificação técnica.

No dia 14 de junho de 2023, a Comissão Permanente de Licitação, considerando a documentação de habilitação apresentada pelas proponentes decidiu por **HABILITAR** a empresa: MOURA CAMPOS CONSTRUTORA LTDA. (CNPJ/MF 35.634.968/0001-54); e **INABILITAR** as demais empresas: CRM CONSTRUTORA E REPRESENTAÇÃO LTDA. (CNPJ/MF 35.418.823/0001-16); CONSTRUIR CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA. (CNPJ/MF 11.037.575/0001-03); PLANUM ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. (CNPJ/MF 40.614.438/0001-84); R A SERVIÇOS LTDA. (CNPJ/MF 34.497.751/0001-87).

Em 28 de junho de 2023, a Comissão Permanente de Licitação, publicou o Aviso de Convocação para Abertura e Julgamento de Propostas de Preços.

No dia 30 de junho de 2023, foi realizada sessão pública de Abertura e Julgamento de Propostas de Preços, oportunidade em que houve o comparecimento apenas da empresa licitante habilitada, qual seja: MOURA CAMPOS CONSTRUTORA LTDA. (CNPJ/MF 35.634.968/0001-54).

Ato contínuo o Presidente da CPL procedeu a abertura do envelope da licitante habilitada: MOURA CAMPOS CONSTRUTORA LTDA. (CNPJ/MF 35.634.968/0001-54) e franqueou o conteúdo dos envelopes, para vistas e apreciações, aos membros da CPL, realizando posteriormente a leitura dos preços ofertados.

Em análise dos documentos componentes da fase da sessão pública e do que registrado na respectiva ata, infere-se que os atos foram praticados na seguinte ordem: abertura dos envelopes de propostas de preços, com a consolidação da empresa

J

vencedora, de acordo com o modo de adjudicação estabelecido no Instrumento Convocatório.

VENCEDORA	CNPJ/MF	REPRESENTANTE
MOURA CAMPOS CONSTRUTORA LTDA	35.634.968/0001-54	ROGER RODRIGUES DE SOUZA BARBACENA (CPF: 035.222.731-17)

Ressalta-se que restou verificado a conformidade e aceitabilidade da melhor proposta em face do valor estimado a partir dos valores definidos em Planilha Orçamentária acostadas aos autos.

Diante do exposto e considerando que a fase de habilitação encontra-se regular, com a apresentação de toda documentação pertinente, na forma do que exigido pelo Edital de licitação em referência, não há óbice quanto à posterior celebração de contrato de serviços para construção da sede da Central de Abastecimento – CEASA, no município de Catalão, via da Secretaria Municipal de Transportes, dado que foram apresentadas as documentações de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, técnica e econômica.

Diante de todas as tecidas considerações, compreende este Órgão Jurídico inexistir impedimentos quaisquer à **homologação** do certame, após o julgamento e adjudicação, concluindo pela validade dos atos praticados no bojo do presente processo licitatório.

Nesta esteira, factível à Autoridade Superior que manifeste seu juízo de conveniência e oportunidade acerca do feito, podendo encerrar o processo com o ato de homologação do certame, admitindo-se, de consequência, a possibilidade de contratação, como determina a Lei 8.666/93:



Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

(...)

VI - deliberação da autoridade competente quanto à homologação e adjudicação do objeto da licitação.

Deve-se ressaltar que, de acordo com os entendimentos do Tribunal de Contas da União, a homologação:

Homologação é ato que ratifica todo o procedimento licitatório e confere aos atos praticados aprovação para que produzam os efeitos jurídicos necessários. Adjudicação é ato pelo qual a Administração atribui ao licitante vencedor o objeto da licitação. Homologar licitação é ato intransferível e indelegável. Cabe exclusivamente à autoridade competente para esse fim. Adjudicar o objeto da licitação é ato praticado geralmente pela autoridade competente ou responsáveis pela licitação ou por outro servidor designado para esse fim. Cabe a autoridade competente pela homologação verificar a legalidade dos atos praticados na licitação e a conveniência da contratação do objeto licitado para a Administração.

[...]

Adjudicação e homologação não conferem ao licitante vencedor direito a execução do objeto. Esses atos geram apenas expectativa de direito, que somente serão confirmados com assinatura do contrato. Após homologada a licitação pela autoridade competente e adjudicado o objeto ao licitante vencedor, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato, no prazo estabelecido no ato convocatório. (Brasil. Tribunal de Contas da



União. Licitações e contratos: orientações e jurisprudência do TCU /Tribunal de Contas da União. – 4. ed. rev., atual. e ampl. – Brasília: TCU, Secretaria-Geral da Presidência: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010).

3. CONCLUSÃO

De tudo o que se expôs, esta Procuradoria Jurídica do Município de Catalão/GO orienta, via do procurador que este a subscreve, pela viabilidade jurídica quanto à **HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA EPIGRAFADO**, com supedâneo na Lei Federal nº 8.666/93, a favor de MOURA CAMPOS CONSTRUTORA LTDA. (CNPJ/MF 35.634.968/0001-54), que apresentou o menor preço global.

ALERTO que a documentação comprobatória do registro junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – TCM/GO sobre o certame é documento obrigatório a instruir o feito, conforme previsão, inclusive, da Instrução Normativa 010/2015, art. 2º, *caput*, mostrando-se cogente o cumprimento de referido dispositivo para o atendimento da plena legalidade quanto à instrução do processo. Ademais, oriento que a contratação deverá ser precedida do registro no TCM/GO, devidamente comprovado por meio do extrato de registro a ser anexado ao processo.

SOLICITO, por derradeiro, a remessa do presente feito à Comissão Permanente de Licitação, afim de que tome conhecimento e dê prosseguimento ao processo de acordo com a praxe local.

É o parecer. S.M.J.



Catalão (GO) aos, 03 de julho de 2023.

João Paulo de Oliveira Marra
Procurador-Chefe Administrativo
OAB/GO 35.133